

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

(Processo Administrativo nº 1.117/2025)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de alimentos perecíveis e não perecíveis para atender a demanda da Secretaria da Mulher, Idoso e Juventude, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

EXCLUSIVO ME/EPP						
Item	Código do produto/ Serviço e CATMAT	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1	23 463692	OLEO DE SOJA refinado tipo 01, sem colesterol de origem vegetal, embalagem com 900ml.	200	UN	7,78	1.556,00
2	24 433275	SAL REFINADO Iodado, embalagem de plástico 1kg.	40	UN	2,95	118,00
3	52 464405	MAMÃO FORMOSA De 1º qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas.	50	KG	9,28	464,00
4	354 464374	ABACAXI maduro, sem danos mecânicos ou causados por pragas, de primeira qualidade, tamanho grande.	50	UN	10,02	501,00
5	739 447774	PRESUNTO FATIADO Sem capa de gordura - Ingredientes: Carne suína, água, sal, proteína de soja, regulador de acidez: lactato de sódio Embalado a vácuo. Embalagem de 200g.	50	UN	9,84	492,00
6	1819 445488	AGUA MINERAL - de no mínimo 200ML Natural, com registro junto ao Ministério da Saúde. Embalada em copo de no mínimo 200ml, caixa com 48 copos. Com prazo de validade não inferior a 6 meses.	200	CX	29,97	5.994,00
7	2387 459072	QUIRERA farinha de milho fina, embalagem com 500g.	20	UN	4,60	92,00
8	2399 459084	SAGU 500G tipo 1, embalagem de plástico de 500g	20	UN	5,85	117,00

9	2577 463778	CHUCHU de 1º qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas, embalados em pacotes de plásticos - kg.	20	KG	4,58	91,60
10	3064 382990	SAL AMONÍACO Bicarbonato de Amônia, embalagem plástica com mínimo 100g.	30	UN	3,71	111,30
11	3067 321817	FARINHA DE MANDIOCA torrada, embalagem com 1 Kg.	20	UN	9,63	192,60
12	3132 462122	PIPOCA classe amarela, tipo 1, pacote com no mínimo 500g.	20	UN	4,37	87,40
13	3821 463882	TEMPERO VERDE Ervas frescas de boa qualidade - maço (peso aproximado de 300 gramas), unidades.	20	MAÇO	4,84	96,80
14	3826 463707	BATATA PALHA Batata palha com 0% de gordura trans, feita com batatas selecionadas, fonte de energia, fonte de proteína, minerais e vitaminas - pacotes com no mínimo 100 gramas.	30	UN	10,06	301,80
15	3828 446534	CREME DE LEITE Ingredientes gordura láctea - mínimo 20%, apresentação embalagem tetra (caixinha), peso de no mínimo 200 gramas, prazo validade 180 dias, conservação ambiente seco e arejado.	150	UN	3,83	574,50
16	3842 447702	LINGUIÇA CALABRESA Linguíça tipo calabresa, características adicionais resfriada, embalagem de plástico de 1 kg.	20	KG	25,69	513,80
17	3849 459586	FERMENTO EM PO químico, para bolo, embalagem com tampa rosqueável, com vencimento acima de 6 meses, com no mínimo 250 gramas.	100	UN	11,00	1.100,00
18	4267 446623	OVOS DE GALINHA embalagem de papel -Caixa com 1 dúzia.	200	UN	11,97	2.394,00
19	4290 445995	LEITE INTEGRAL apresentação embalagem TETRA PAK (caixinha) tipo UHT, integral, embalagem de 1 litro, prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias da fabricação, quando da entrega.	1.500	UN	6,21	9.315,00
20	4929 464401	MAÇA FUJI De 1ª qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas. Embalado em caixa apropriada.	50	KG	10,00	500,00
21	4970 463699	MARGARINA 500G com sal gorduras totais 3g, sódio 35g, lipídios enriquecidos de vitaminas livre de gorduras TRANS.	40	UN	8,29	331,60
22	4974 464014	LEITE CONDENSADO ingredientes leite integral/açúcar/leite pó integral e lactose, características adicionais homogêneo, embalagem com no mínimo 395 g.	300	UN	7,16	2.148,00
23	5251 295402	SUCO EM PÓ 500G sabores morango, tangerina e abacaxi, embalagem de 500g.	120	UN	10,46	1.255,20
24	5253 464400	MAÇA GALA De 1ª qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas. Embalado em caixa apropriada.	50	KG	10,48	524,00
25	6932 446671	REQUEIJÃO Cremoso, embalagem com no mínimo 200g.	60	UN	9,10	546,00
26	7351 462823	ERVILHA 200 G reidratada em conserva, prazo de validade informado na embalagem não inferior a 06 meses, embalagem com 200g.	200,00	UN	4,17	834,00

27	8491 445488	ÁGUA MINERAL NATURAL Tipo: Especial Com Gás, material embalagem: Plástico, no mínimo 500 ml.	200	UN	2,66	532,00
28	9262 447527	CARNE SUINA Características mínimas: picada em cubos, sem osso e sem gordura, fresca, embalada em pacotes de plástico;	20	KG	18,55	371,00
29	9265 459591	FERMENTO GELADO Para pão, embalagem plástica de 500g.	60	UN	15,62	937,20
30	9278 463832	ALFACE CRESPA fresca sem danos mecânicos ou causados por pragas, de 1º qualidade embaladas em pacotes de plástico - unidade.	100	UN	4,59	459,00
31	9281 463767	BETERRABA de 1º qualidade sem danos mecânicos ou causados por pragas embaladas em pacotes de plástico.	30	KG	5,21	156,30
32	9282 463782	CEBOLA DE CABEÇA Características mínimas: de coloração amarelo claro, de 1ª qualidade sem danos fisiológicos ou mecânicos ou causados por pragas.- embalado em caixa apropriada.	30	KG	5,07	152,10
33	9283 463770	CENOURA de 1º qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas, embalagem de plástico - Kg.	30	KG	4,71	141,30
34	9287 463804	TOMATE Características mínimas: de 1º qualidade, grande, com 60% de maturação, sem danos mecânicos ou causados por pragas; embalado em caixa apropriada.	100	KG	7,41	741,00
35	9392 460402	PAO DE LEITE Característica mínimas: com produtos de 1ª qualidade, acondicionados em embalagem de plástico, devidamente coberto; com aproximadamente 30 gramas unidade.	500	KG	15,45	7.725,00
36	10052 463764	BERINJELA Características mínimas: de 1ª qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas; embalado em sacos de polietileno atóxico, inodoro e transparente.	20	KG	8,72	174,40
37	10544 459596	FERMENTO BIOLOGICO 125g instantâneo, para pão, pizzas e massas doces, embalagem com 125 gramas a vácuo, com vencimento acima de 6 meses.	40	UN	9,63	385,20
38	10739 242775	CAMOMILA para chá pacote com no mínimo 8 gramas.	20	UN	3,46	69,20
39	11331 440671	EMULSIFICANTE E ESTABILIZANTE neutro para massas, utilizado em pão, peso de no mínimo 200 GR.	30	UN	12,77	383,10
40	11412 464380	BANANA CATURRA de 1º qualidade, sem manchas, sem danos mecânicos ou causados por pragas, pencas com 60 a 70% de maturação, embaladas em caixas adequadas kg.	200	KG	4,56	912,00
41	11720 447485	FIGADO DE GADO fatiado em bifes de 1ª qualidade, fresco, sem pele, embalado em pacotes de plástico de 1 kg.	20	KG	17,20	344,00
42	11725 447705	LINGUIÇA TOSCANA Fabricada com produtos de 1º qualidade, com pouca gordura, fresca, embalada em pacotes de plástico 1 KG.	60	KG	22,49	1.349,40
43	13586 244498	FAROFA DE MANDIOCA temperada, sem pimenta pacote com no mínimo 500g.	50	UN	8,99	449,50

44	15199 464552	FEIJÃO classe preto, qualidade tipo 1, grupo 1 comum, 100% feijão preto. 1kg.	40	KG	6,01	240,40
45	15201 458910	ARROZ tipo 1, subgrupo parbolizado, classe longo fino, com selo de qualidade, 100% natural. pacote de 5 kg.	40	UN	25,95	1.038,00
46	15405 463818	ACELGA Descrição mínima: de 1ª qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas; as folhas verdes que deverão ser de cor viva e não devem apresentar qualquer escurecimento ou amarelecimento. As folhas não devem ter pequenos buracos. As hastes devem ser frescas; embalagem em sacos de polietileno atóxico, inodoro e transparente.	30	UN	7,89	236,70
47	17676 447447	CARNE BOVINA MOIDA moída 1ª, sem gordura e sem pele, a granel não congelada, moída no dia, embalada em pacotes de plástico de no máximo 1 kg cada.	150	KG	30,79	4.618,50
48	19105 448524	SALSICHA DE FRANGO De 1º qualidade embalada em pacotes de plástico Kg.	100	KG	20,55	2.055,00
49	21108 459080	POLVILHO AZEDO Descrição básica: Do grupo fécula do tipo 01, amiláceo de mandioca, embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade. Embalagem de 500 gramas.	30	UN	7,98	239,40
50	30143 447877	SALAME SUINO TRADICIONAL Ingredientes Obrigatórios Carne Suína (mínimo de 60%, exceto para o salame tipo hamburguês, onde o teor permitido é de no mínimo 50%) Toucinho Sal, nitrato e/ou nitrato de sódio e/ou potássio.	30	KG	36,88	1.106,40
51	30161 471259	CARNE BOVINA DE DIANTEIRO - PALETA Picada em pedaços pequenos de 1ª qualidade, SEM OSSO, sem gordura, sem pelanca e sem sebo, fresca, embalada em pacote de plástico kg.	100	KG	28,83	2.883,00
52	30399 471259	CHOCOLATE GRANULADO Embalagem de 150 gr. Ingredientes: açúcar, gordura vegetal hidrogenada, cacau em pó, amido de milho, estabilizantes lecitina de soja e monoglicerídeos de ácidos graxos, sal, atiumectante talco, xarope de glicose, conservante sorbato de potássio e aromatizante. Não contem glúten.	30	UN	4,41	132,30
53	30405 474412	FRUTAS CRISTALIZADAS Embalada em saco de polietileno. São compostas por mamão verde, mamão vermelho e laranja da terra (azedas). Embalagem de 150g.	50	UN	8,78	439,00
54	30410 604518	MELADO DE CANA Embalagem com no mínimo 500g.	30	UN	17,85	535,50
55	30747 446706	IOGURTE Líquido com polpa de frutas; Ingredientes: Leite desnatado in natura ou reconstituído, xarope de açúcar, preparado de fruta (açúcar, polpa de morango, amido modificado, conservante sorbato de potássio, acidulante ácido láctico, aromatizante e corante natural carmim de cochonilha), amido modificado, soro de leite em pó reconstituído e fermento lácteo. Não contém glúten. - Embalagem pacote plástico de 1 Litro.	100	UN	10,67	1.067,00

56	30760 474370	BALAS De 1ª qualidade, bala mole (mastigável), embalagem com no mínimo 700g, sabores variados.	300	UN	14,61	4.383,00
57	31011 447412	CARNE BOVINA COSTELA Tipo costela, sem pelanca, sem sebo, macia, picada - kg.	100	KG	27,94	2.794,00
58	31018 459015	FARINHA DE BIJU Farinha de milho, embalagem com 500g.	30	UN	5,95	178,50
59	31023 466600	MANDIOCA Descascada em kg, acondicionada em embalagem apropriada.	30	KG	8,53	255,90
60	31110 463913	NOZ MOSCADA Embalagem com no mínimo 7g.	30	UN	3,51	105,30
61	35845 463892	CRAVO DA INDIA Características básicas: de primeira qualidade, embalagem com no mínimo 8 gramas.	30	UN	4,76	142,80
62	36754 464395	LARANJA BAHIA de 1ª qualidade sem danos mecânicos ou causados por pragas. Embalado em caixa apropriada.	150	KG	9,84	1.476,00
63	36755 464393	LARANJA PERA de 1ª qualidade sem danos mecânicos ou causados por pragas. Embalado em caixa apropriada.	150	KG	6,19	928,50
64	36812 233886	CHA MATE Características mínimas: torrado e moído para infusão, embalagem de papel com 25 saquinhos (caixa com 40 gramas). Sabores serão solicitados no momento da compra.	150	CX	4,57	685,50
65	36815 464004	CAIXA DE BOMBOM Características mínimas: caixa com bombons de chocolate ao leite sortidos, com no mínimo 250 gramas.	200	CX	14,12	2.824,00
66	37275 462772	SORVETE 2L - SABORES DIVERSOS Ingredientes: água, açúcar, xarope de glicose, sal, estabilizantes povidexose e citrato de sódio, corantes naturais, e ingredientes específicos de sabor (exemplo: leite; cacau; chocolate; polpa de frutas entre outros). Os sabores serão solicitados no momento da compra.	30	UN	32,82	984,60
67	29829799 232597	PAO FRANCES Características mínimas: com aproximadamente 50 gramas cada, produto de primeira qualidade, acondicionados em embalagens de plástico devidamente coberto.	2.000	KG	13,95	27.900,00
68	29829987 463754	BATATA INGLESA Características mínimas: lisa, de 1º qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas; embalado em sacos de polietileno atóxico, inodoro e transparente.	100	KG	5,68	568,00
69	29831711 447710	LINGUIÇA DE FRANGO Temperada, sem glúten, resfriada, acondicionadas em pacotes de plástico, com lacre - 1 Kg.	60	KG	23,45	1.407,00
70	29832221 305348	SUCO DE FRUTAS: gelado, pronto para consumo, não fermentado, enriquecido com vitamina c, acondicionado em embalagem longa vida (TETRA-PAK), com no mínimo 1 litro, em embalagem original do fabricante, com registro no ma-sif, estampada na embalagem informações do fabricante e data de vencimento, sabores: uva, abacaxi e laranja. (marca referência SUFRESH, DELVALLE, MAGUARY ou similar ou de melhor qualidade)	2.000	LT	9,46	18.920,00

71	29832325 326330	FARINHA DE KIBE Trigo para kibe, embalagem com no mínimo 500g.	20	UN	7,16	143,20
72	29832344 452507	PANETONE DE CHOCOLATE Gotas sabor chocolate, com no mínimo 500g.	200	UN	21,91	4.382,00
73	29832354 447640	CORAÇÃO DE FRANGO Bandeja de 1 kg.	60	KG	34,00	2.040,00
74	29832358 447589	MOELA DE FRANGO Congelada. embalagem de 1 kg.	30	KG	10,93	327,90
75	29833880 463937	COLORAU sem qualquer adição e livre de impurezas, embalagem de plástico de no mínimo 500 GR.	20	UN	7,88	157,60
76	29833908 217198	LENTILHA Embalagem plástica de no mínimo 500 gramas.	20	UN	9,87	197,40
77	29833939 463751	ABOBRINHA de 1º qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas. Embalado em caixa apropriada.	40	KG	4,73	189,20
78	29833945 463753	BATATA DOCE de 1ª qualidade sem danos mecânicos, ou causados por pragas. Embalado em caixa apropriada.	50	KG	4,83	241,50
79	29833963 447636	COXA E SOBRECOXA de frango, congelado, a granel, sem dorso em embalagens de 1 kg.	100	KG	9,62	962,00
80	29833980 464418	MELANCIA de 1ª qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas. Embalado em caixa apropriada.	100	KG	3,35	335,00
81	29833998 463839	REPOLHO de 1º qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas. Embalado em caixa apropriada.	20	KG	5,00	100,00
82	29834229 446536	NATA 300G Ingredientes: Creme de leite. Não contém glúten. Embalagem de 300g.	20,00	UN	12,76	255,20
83	29834230 617130	PRESUNTO COZIDO Resfriado, fatiado, acondicionado em embalagem plástica atóxica, obtido da carne de suínos sadios, com aspecto e cor característicos ao mesmo, sem manchas, não amolecido, nem pegajoso. Deve conter na porção de 30g: no mínimo 3,9 g de proteína e no máximo 3,2 g de gorduras totais e 350 mg de sódio. Não deve conter glúten. Deverá possuir registro no SIF ou SIP/PR. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas. Embalagem de 1kg. Marcas sugeridas: FRIMESA, AURORA, ou de qualidade igual ou superior.	150	UN	39,70	5.955,00
84	29834231 464381	BANANA EM PENCAS De primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriunda do manuseio e transporte, pencas íntegras e limpas acondicionada embalagem descartável prontas para servir.	100	KG	4,41	441,00
85	29834232 467050	AMIDO MILHO Características adicionais: pó fino, branco, embalagem com 1 KG.	40	UN	9,02	360,80
86	29834233 233107	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO Tipo Maria. Não podem apresentar excesso de dureza, biscoitos quebradiços. Pacote com no mínimo	150	UN	5,23	784,50

		300g e prazo de validade informado na embalagem e não inferior a 6 (seis) meses a partir da data da entrega.				
87	29834234 446019	LEITE EM PO INTEGRAL Instantâneo. Embalagem Em lata, intacta e bem vedada. Embalagem com No mínimo 300g.	150	UN	20,96	3.144,00
88	29834235 235093	BISCOITO DE LEITE Enriquecido com cálcio, crocante, embalagem de plástico, pacote com no mínimo 300 gr.	100	UN	6,34	634,00
89	29834236 326927	MAIONESE Embalagem plástico, com peso de no mínimo 500g.	50	UN	9,35	467,50
90	29834237 446636	QUEIJO FATIADO MUSSARELA Com fatias interfolheadas, características adicionais, primeira qualidade/embalado a vácuo/saco plástico embalagem de 200g.	50	UN	9,93	496,50
91	29834238 446636	QUEIJO FATIADO Tipo muçarela, interfoliado, acondicionado em embalagem plástica atóxica, produto elaborado unicamente com leite de vaca de boa qualidade, de massa cozida, não prensada, de média umidade, de consistência firme, semidura, rígida, textura compacta e homogênea, odor e sabor suave e levemente salgado. não deve conter substancias estranhas de qualquer natureza, bolor, sujidades, parasitas e larvas. acondicionado em embalagem de polietileno atóxico, resistente, íntegro, não perfurado, dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas. reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas. em kg. Marcas sugeridas: FRIMESA, AURORA, TIROL ou de qualidade igual ou superior.	50	KG	44,26	2.213,00
92	29834239 217784	REFRIGERANTE Composto de extrato de cola acondicionado em pet com tampa de rosca, contendo 2 litros cada. Marcas sugeridas COCA-COLA, PEPSI ou de melhor qualidade.	300	UN	9,96	2.988,00
93	29834240 217784	REFRIGERANTE sem adição de açúcares Composto de extrato de cola acondicionado em pet com tampa de rosca, contendo 2 litros cada. Marcas sugeridas COCA-COLA, PEPSI ou de melhor qualidade.	100	UN	11,92	1.192,00
94	29834241 217771	ÁGUA DE COCO Tipo integral, em embalagem TETRA PAK de 1 litro.	100	UN	14,12	1.412,00
95	29834242 332640	ADOÇANTE Característica mínimas: dietético líquido, (a base de sacarina sódica); frasco com 100ml.	15	UN	5,90	88,50
96	29834252 446648	QUEIJO RALADO Tipo parmesão, embalagem com 50 gramas.	50	UN	5,49	274,50
97	29834253 447764	PRESUNTO - FATIADO De 1ª qualidade embalagem de plástico 1 Kg. Não será aceito apresuntado.	30	UN	36,19	1.085,70

98	29834254 464012	LEITE DE COCO 500ML em embalagem de vidro ou plástica.	40	UN	11,45	458,00
99	29834255 460265	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL Tipo 1, enriquecida com ácido fólico e ferro, embalagem de papel ou plástico com 5 Kg.	300	UN	18,26	5.478,00
100	29834256 474414	PIRULITO COLORIDO PIRULITO COLORIDO açúcar, xarope de glicose, acidulante, ácido cítrico, aromatizantes, corante dióxido de titânio, Embalagem com 500 gramas cada e com 50 pirulitos.	100	UN	15,25	1.525,00
101	29834257 245189	ERVA DOCE PARA CHÁ Embalagem com no mínimo 8 g.	20	PCT	2,82	56,40
102	29834258 346922	EXTRATO DE TOMATE Características básicas: embalagem de lata ou pote de plástico de no mínimo 850 gramas.	20	UN	14,98	299,60
103	29834259 316056	BOLACHA TIPO ROSCA Em no mínimo 3 sabores, embalagem de plástico com no mínimo 300g.	400	UN	5,93	2.372,00
104	29834260 462824	MILHO VERDE Lata, conservada a vapor, peso drenado 200 gramas.	120	UN	3,96	475,20
105	29834261 463831	COUVE FLOR Características mínimas: de 1ª qualidade, sem danos mecânicos causados por pragas; embalado em sacos de polietileno atóxico, inodoro e transparente.	30	UN	8,64	259,20
106	29834262 464406	MANGA Fruta in natura, 1ª qualidade Kg.	40	KG	8,32	332,80
107	29834263 459014	FUBÁ DE MILHO amarela, embalagem de plástico de 1kg.	30	UN	5,08	152,40
108	29834264 249817	VINAGRE de vinho tinto, embalagem de 5 litros.	30	UN	26,63	798,90
109	29834265 463838	BROCOLIS Para salada, de 1º qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas, embalagem de plástico - MAÇO (com 300 gramas).	20	UN	8,28	165,60
110	29834266 463873	CANELA EM RAMA Embalagem plástica com no mínimo 8 gramas.	30	UN	3,97	119,10
111	29834267 235092	BISCOITO CREAM CRACKER Embalagem de plástico com divisória interna, mínimo de 400g.	300	UN	6,34	1.902,00
112	29834268 458974	MACARRAO PARAFUSO Macarrão tipo parafuso, embalagem de 500g.	50	UN	4,91	245,50
113	29834269 458953	MACARRAO ESPAGUETE Macarrão com ovos, tipo espaguete nº 8, embalagem de 500g.	50	UN	5,60	280,00
114	29834270 237916	COCO RALADO Úmido adoçado sem glúten. pacote com 100 gramas.	50	UN	5,04	252,00
115	29834271 480340	MACARRAO PENNE Macarrão tipo PENNE, embalagem de 500g.	50	UN	5,12	256,00
116	29834272 463904	LOURO Para tempero, embalagem plástica, pacote com no mínimo 5 gramas.	20	UN	2,83	56,60
117	29834273 447747	HAMBURGUER Carne de bovino (65%), água, carne de suíno (9,6%), proteína de soja, gordura de suíno, cebola, sal, tecido conjuntivo de suíno, tecido conjuntivo de bovino, condimentos e intensificador de sabor: glutamato monossódico.	200	UN	2,21	442,00

		Embaladas individualmente cada unidade de no mínimo 50g.				
118	29834274 463993	AÇUCAR MASCAVO Obtido através do melaço da cana- de-açúcar, produção recente, embalado de acordo com as exigências da Vigilância Sanitária, em embalagens transparentes de polipropileno de 1000g.	40	UN	16,82	672,80
119	29834275 447492	BUCHO BOVINO (DOBRADINHA)	20	KG	20,24	404,80
120	29834276 462684	FRUTA EM CALDA Pêssego em calda, embalagem com no mínimo 800g.	40	UN	13,63	545,20
121	29834277 462657	FRUTA EM CALDA Abacaxi em calda, embalagem com no mínimo 800g.	40	UN	18,30	732,00
122	29834278 462657	FRUTA EM CALDA Figo em calda, embalagem com no mínimo 800g.	40	UN	19,10	764,00
123	29834279 469775	LEITE FERMENTADO Bebida Láctea Sabor: Baunilha, embalagem com 6 unidades de 75g.	100	UN	12,62	1.262,00
124	29834280 413364	MEL DE ABELHAS Embalagem com 500g.	15	UN	20,43	306,45
125	29834281 279242	MISTURA PRONTA PARA BOLO Diversos sabores, embalagem com no mínimo 450g.	100	UN	5,13	513,00
126	29834282 462729	PÓ PARA GELATINA Na embalagem devem constar as características do produto, data de fabricação e validade não inferior a 06 (seis) meses a partir da data de entrega do produto. Sabor a ser definido no ato da solicitação (no mínimo 5 sabores. Embalagem com no mínimo 20g.	500	UN	2,15	1.075,00
127	29834283 462751	PÓ PARA PUDIM Descrição básica: Embalagem de Plástico ou caixa de papel, os sabores serão solicitados no momento da compra, com no mínimo 25g.	500	UN	4,21	2.105,00
128	29834284 463568	CAFE SOLUVEL 100G Características mínimas: Granulado de alta qualidade, tradicional, embalagem vidro (podendo ser aceito pote de plástico ou lata também) contendo no mínimo 100 gramas.	20	UN	22,85	457,00
129	29834285 463593	CAFÉ ESPECIAL Moído, embalado em embalagem metálica, com no mínimo 500g.	150	UN	34,25	5.137,50
130	29834286 241571	CALDO DE GALINHA Características mínimas: embalagem de papel, caixa com 6 unidades, com no mínimo 57 gramas.	40	UN	3,62	144,80
131	29834287 474394	WAFER Características mínimas: sabores diversos - pacote com no mínimo 140 gramas.	400	PCT	4,06	1.624,00
132	29834288 462686	DOCE DE FRUTA 1KG Vários sabores pote 1 kg.	30	UN	14,75	442,50
133	29834289 463998	AÇÚCAR REFINADO BRANCO Características básicas: Composição: origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, prazo de validade informado na embalagem e não inferior a 06 (seis) meses quando da entrega, pacote com 5kg.	80	UN	22,68	1.814,40
134	29834290 467358	BARRA DE CEREAL Embalagem plástica de 25g, sabores torta de limão, cappuccino, frutas vermelhas, amêndoas, coco.	1.000	UN	2,28	2.280,00

135	29834291 464009	PACOTE DE BOMBOM Características mínimas: De 1ª qualidade, bombom recheado, embalagem de plástico de no mínimo 900 g.	200	PCT	52,30	10.460,00
136	29834292 467317	CHOCOLATE EM BARRA Ao leite, embalagem de 90g. Sabores serão solicitados no momento da compra (preto ou branco).	200	UN	8,99	1.798,00
137	29834293 462004	EMPANADO DE FRANGO Feito com carne de frango empanado, com peso de 100g.	150	UN	2,53	379,50
138	29834294 459638	AZEITONAS VERDES EM CONSERVA Sem caroço, em embalagem de vidro com no mínimo 300g de peso líquido.	30	UN	12,40	372,00
139	29834295 460377	MOLHO DE MOSTARDA Em embalagem plástica com tampa, embalagem com no mínimo 300g.	30	UN	15,33	459,90
140	29834296 463556	ACHOCOLATADO EM PÓ Características mínimas: Deve conter: Açúcar, cacau em pó, maltodextrina, minerais (cálcio e ferro), vitaminas (A, C, D e complexo B), emulsificante lecitina de soja e aromatizante. Lata ou pote, no mínimo 370g.	100	UN	9,55	955,00
TOTAL						205.176,75

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) da publicação no PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista o Decreto Municipal nº 22.208/2025

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme justificativa presente no Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Não se aplica a essa contratação a indicação de marcas ou modelos.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não há marcas ou produtos vedados para a contratação.

Da exigência de amostra

4.4. Não é necessária apresentação de amostras para essa contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não será exigido carta de solidariedade para esta contratação.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega para os itens perecíveis é de 48 (quarenta e oito) horas, contados da ordem de entrega, de forma fracionada, conforme demanda.

5.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade do produto na data da entrega não poderá ser inferior a 7 (sete) dias.

5.3. Alimentos perecíveis devem ser entregues em condições de conservação adequadas, respeitando as normas da vigilância sanitária vigentes.

5.4. Produtos que exigem refrigeração ou congelamento deverão ser transportados em veículos apropriados, equipados com sistemas de controle de temperatura.

5.5. Frutas, verduras e hortaliças deverão ser frescas, maduras e próprias para o consumo no ato da entrega, sem sinais de apodrecimento ou desidratação.

5.6. O prazo de entrega para os itens não perecíveis é de 15 (quinze) dias, contados da ordem de entrega, de forma fracionada, conforme demanda.

5.7. Todos os produtos deverão estar dentro do prazo de validade, apresentando data de fabricação e validade legíveis.

5.8. Os produtos deverão atender aos padrões usuais de mercado, sendo de primeira qualidade, próprios para consumo humano e livres de avarias, deteriorações, odores estranhos, contaminações ou embalagens violadas.

5.9. Serão realizadas compras semanais, conforme demanda, com exceção dos períodos de recesso das atividades da Secretaria, que historicamente ocorreram na segunda quinzena de dezembro e primeira semana de janeiro.

5.10. Todo o transporte dos produtos até o local de entrega, incluindo o descarregamento, será de responsabilidade exclusiva do contratado, sem ônus adicional para a administração pública.

5.11. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.12. Caso, no ato do recebimento, sejam identificados produtos em desacordo com as especificações, vencidos, com avarias ou em condições impróprias para o consumo, o fornecedor deverá providenciar a substituição imediata, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

5.4.1. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Atanásio Pires, nº 697, Bairro das Torres, na Cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, CEP: 85.660-000.

5.4.2. A execução do objeto contratado será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Secretaria da Mulher, do Idoso e da Juventude, os quais poderão registrar ocorrências, solicitar substituições e aplicar as penalidades previstas no contrato.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.13. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de

fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

- a) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do

contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- g) enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

- 7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias
- 7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - 7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.
- 7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- 7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
- 7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação
- 7.2.4.8. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.3. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.6. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.39.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.39.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou

creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.39.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.39.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/5/2025.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado e continuado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Distrital/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{lcl}
 \text{LG} = & \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \\
 \text{SG} = & \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \\
 \text{LC} = & \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{array}$$

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.30.1. Licença Sanitária ou Alvará Sanitário em plena validade.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 205.176,75 (duzentos e cinco mil, cento e setenta e seis reais, setenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município de Dois Vizinhos.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Órgão: 11 SECRETARIA DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE
- II) Unidade: 001 ATIVIDADES DA SECRETARIA DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE
- III) Projeto ou Atividade: 14.244.0010.2070 ATIVIDADES DA SECRETARIA DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE
- IV) Conta de despesa: 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
- V) Fonte de Recurso: 6160 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)
- VI) 06161 E 01197 1011/09/99/05/18 SEMIPI - APOIO POLÍTICA DA MULHER

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Dois Vizinhos, 23 de maio de 2025.

Cátia Bonin
Secretária de Assistência Social e Cidadania
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 19025-1